

**PORTALEGRE MEDIEVAL – AS FONTES  
HISTÓRICAS COMO FERRAMENTAS DE INVESTIGAÇÃO  
E DE ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA**

*Ana Cristina Encarnação Santos Leitão*  
ICS/FL Universidade de Lisboa  
leitao.ana@netcabo.pt

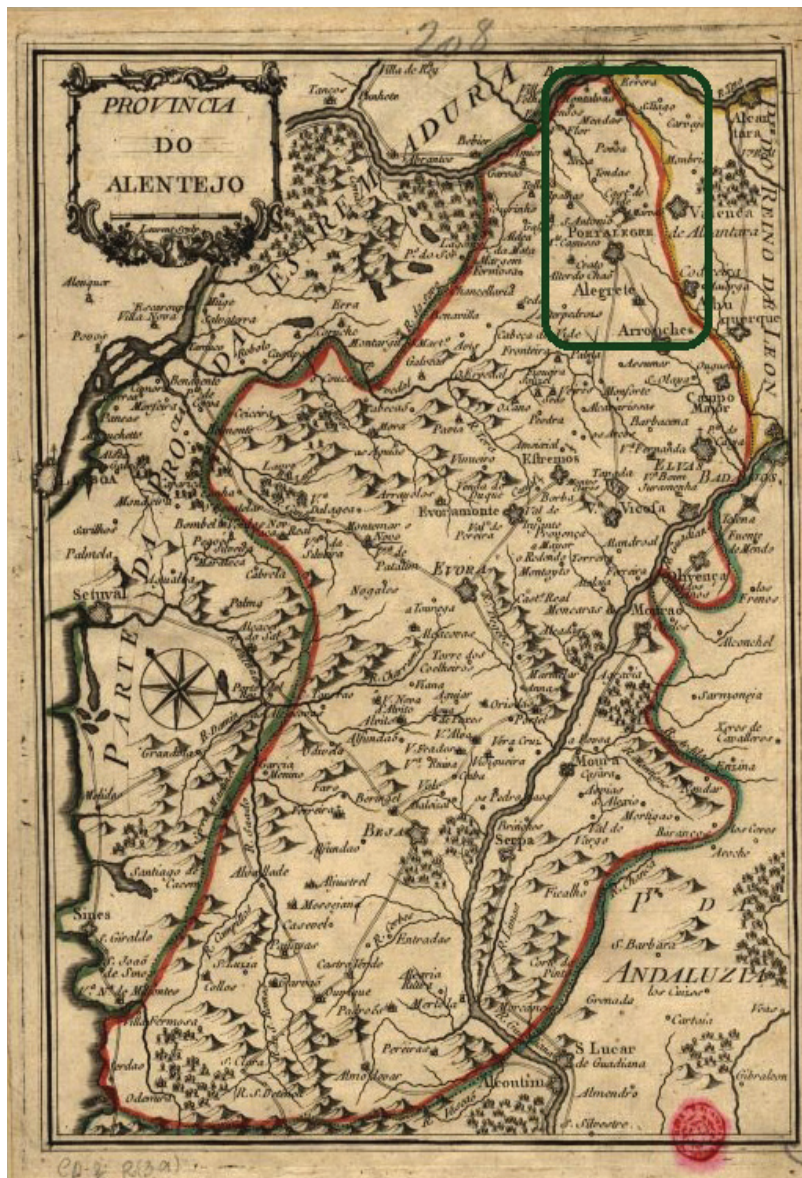


**Resumo**

*Conhecer as cidades e vilas medievais portuguesas através de um razoável corpus documental, como principais fontes históricas, é uma das formas nucleares que permite identificar e compreender a sua estrutura, quer física, quer social ou política. O tema proposto integra-se no âmbito do projecto de investigação em curso, para a Dissertação de Doutoramento em História, cujo tema é O Povoamento e a Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna. A formação da rede urbana é um dos principais objectivos do trabalho de investigação, logo a reconstrução social e política da cidade medieval de Portalegre através das fontes históricas disponíveis torna-se essencial para um conhecimento mais aprofundado da estrutura urbana e da malha social que a caracterizava, a fim de se poderem identificar redes de influência e poder estabelecidas com as restantes vilas circundantes e com o poder do centro, constituindo ela mesmo um núcleo urbano de periferia.*

**Abstract**

*Knowing the Portuguese medieval towns and villages through a reasonable corpus of documents, such as major historical sources, it's nuclear one way that can identify and understand their both physical and social or political structure,. The theme fits into the framework of the research project underway for a PhD dissertation in History, whose theme is The Frontier and Settlement of the S. Mamede's range from the Middle Age to the Modern Age. The formation of the urban network is one of the main objectives of the research work, then the social and political reconstruction of medieval village of Portalegre through the available historical sources, it is essential for a deeper understanding of the urban and social structure that characterized it in order to be able to identify networks of influence and power down with the other surrounding villages and the power of the center, making it even a core urban periphery.*



### PROVÍNCIA DO ALENTEJO

Província do Alentejo [Material Cartográfico / sculp. Laurent. – Escala [ca. 1:1100000]. – [S.l.s.n.,17--].

A história do apogeu das cidades e vilas medievais está relacionada com o progresso da civilização material, fruto da produção de excedente agrícola e da evolução demográfica assistida na Europa ocidental a partir do século X. A história da Idade Média é ainda

hoje vista como aquela em que prevalece o mundo rural e os conflitos entre senhores e camponeses. No entanto, diversos estudos e testemunhos revelam a importância que assumiram as formações urbanas nesse período e a complexidade dos conflitos sociais no mundo urbano. O surgimento dos conflitos sociais na cidade medieval envolvem diversos actores sociais: senhores agrários, mercadores, artesãos e trabalhadores dos mais diversos ofícios. Acompanhar o desenvolvimento dos conflitos é acompanhar um pouco a própria história da constituição das vilas e cidades.

O desenvolvimento do aparelho urbano está directamente ligado às funções que a cidade assume na Idade Média. Além da importância das feiras e do comércio, que conferem à cidade a sua função económica, merece destaque a função religiosa, exercida pelas ordens mendicantes, a função cultural das escolas e universidades e a função política, onde se percebem as lutas pelo domínio do poder. Neste sentido, a cidade define-se como um *dominium* que pertence a um ou vários senhores, representando um enclave territorial no mundo rural. Esses senhores concedem ou outorgam parte dos seus direitos às comunidades urbanas ascendentes. Conhecer as vilas medievais portuguesas através de um razoável *corpus* documental, como principais fontes históricas, é uma das formas nucleares que permite identificar e compreender a sua estrutura, quer física, social ou política.

O estudo das regiões, cidades e vilas de fronteira na Idade Média portuguesa revela-se de especial importância, para perceber não só os sistemas de defesa e povoamento, mas igualmente para definir a formação de identidades, numa lógica de integração e exclusão. A necessidade de um estudo sobre a sub-região da Serra de S. Mamede, no Alto Alentejo, há muito que se vinha a fazer sentir, não só por se tratar de uma área de charneira entre os reinos de Portugal e Castela, mas também por se constituir como um território a que cabem funções articuladoras entre o Alentejo e as Beiras. Acresce que essas características fomentaram o aparecimento de um complexo urbano singular estruturado pela serra. O tema proposto neste artigo integra-se no âmbito de um projecto de investigação em curso, de Doutoramento em História, cujo tema é *O Povoamento e a Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna*. A formação da rede urbana é um dos principais objectivos do trabalho de investigação, logo a reconstituição social e política da vila medieval de Portalegre através das fontes históricas disponíveis, torna-se essencial para um conhecimento mais aprofundado da estrutura urbana e da malha social que a caracterizava, a fim de se poderem identificar redes de influência e poder, estabelecidas com as restantes vilas circundantes e com o poder do centro, constituindo ela mesmo um núcleo urbano de periferia. Um traço comum a todo o estudo de demografia medieval é a impossibilidade de uma avaliação quantitativa exacta do seu objecto. A razão fundamental desta impossibilidade reside na ausência de fontes que forneçam índices numéricos de

carácter geral ou susceptíveis de generalização segura. Por isso, todas as tentativas de abordagem demográfica aplicadas à Idade Média nos conduzem normalmente ao campo do “*mais ou menos*”.

Na região a Sul do Tejo as variações da população não são, assim, uniformes, mesmo que em traços gerais se tenha mantido o mesmo tipo de repartição. Orlando Ribeiro, afirma que «*desde os primeiros séculos da monarquia portuguesa as linhas gerais da distribuição humana não são essencialmente diferentes das actuais*» e que «*no Sul se conserva uma tradição urbana que se manteve provavelmente sem interrupção desde a época romana ou árabe*»<sup>1</sup>.

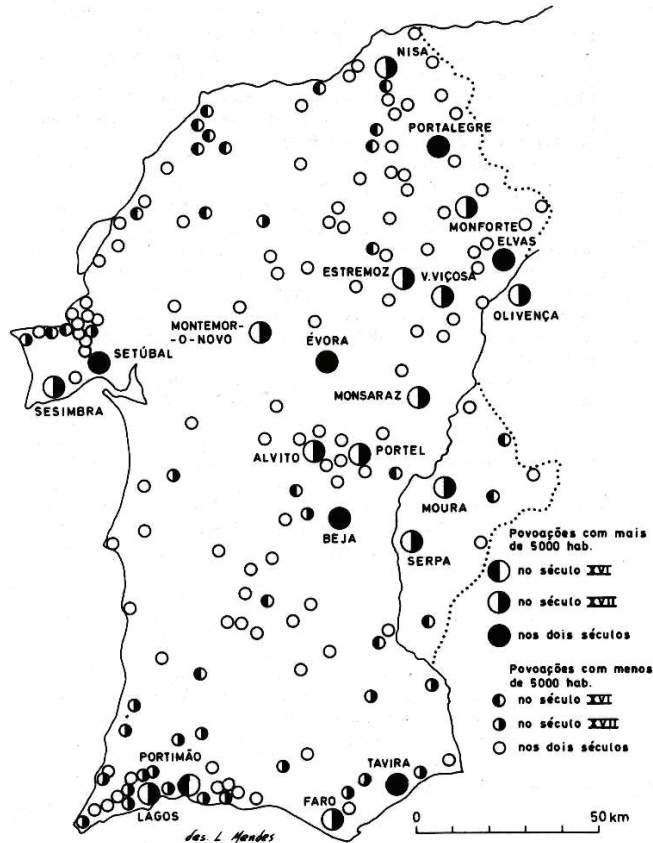
O mapa urbano sobrevivente até hoje desenha-se pela iniciativa do poder régio ou das ordens militares que negociam as novas fundações com os poderes instalados nos velhos centros urbanos. Nestes continuam a repousar, de resto, a maior parte das funções centrais: tabeliães, almoxarifes, depois corregedores.

Existe assim a necessidade de reforço e codificação dos processos de controlo social sobre o território. A consolidação da estrutura social pode também ser identificada pela diferenciação de elites antes de uma oligarquização das sociedades urbanas. Mas na impossibilidade de outras fontes, quer seja através das Ordenações Afonsinas, dos Arrolamentos de Tabeliães ou dos Besteiros do Conto, das Inquirições ou de Arrolamentos de natureza fiscal, tratam-se sempre de informações parciais, uma vez que para um estudo integrado todos têm de ser confrontados e analisados em conjunto. Em termos numéricos só poderemos ter como referência, mais ou menos segura, um estudo comparativo onde conseguimos dados mais fiáveis mas já no início do séc. XVI, com o Numeramento de 1527. A partir do estudo dos mapas de Álvaro Seco e Albernaz, podemos constatar que as cidades ou vilas a que se poderá atribuir, já no século XVI, uma população à volta de 5000 habitantes ou superior (segundo as fontes utilizadas e multiplicando por 4 o número de fogos), exceptuando Lisboa e Porto, oito estão a Sul do Tejo: Évora (11.252), Beja (4820), Portalegre (4896), Elvas (7664), Setúbal (4.880), Tavira (6268), Lagos (5240) e Portimão (6000). No Centro existia só uma, Coimbra, e a norte outra, Guimarães.

---

<sup>1</sup> Cf. RIBEIRO, Orlando. 1955. Portugal, Tomo V de *Geografía de España y Portugal*, 1.ª Ed., Barcelona, p. 290.

**Figura 1. O povoamento e a população a sul do Tejo em meados dos séculos XVI e XVII em localidades representadas nos mapas de A. SECO e P. T. ALBERNAZ**



### A Vila de Portalegre

Sobre a vila medieval de Portalegre as informações históricas remontam apenas à época da Reconquista Cristã da Península Ibérica, quando D. Afonso III concedeu o primeiro foral à vila em 1259 e terá mandado construir as primeiras fortificações, as quais não chegaram a ser completadas.

O seu filho e sucessor D. Dinis procedeu ao reforço dessa defesa a partir de 1290, assim como à construção da cerca da vila, motivado tanto pelo aumento dos limites urbanos, quanto pelas necessidades de defesa da fronteira frente aos domínios de Castela. D. Dinis viria a assediar a vila com o auxílio de forças da Ordem dos Templários e da Ordem de Avis nesse mesmo ano durante cinco meses, no decurso da guerra civil que o opôs ao seu irmão D. Afonso, o senhor da vila.



**Figura 2. “Muralhas de Portalegre” in SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico**



### **A Composição Social:**

Os elementos que pretendo aqui representar são sobretudo de caracterização social e funcional da vila medieval de Portalegre, nomeadamente durante os séculos XIV e XV, e sobretudo focando-me na identificação dos seus moradores e respectivos nomes, salientando apenas os que efectivamente são referenciados como sendo moradores na vila de Portalegre. Nesse sentido, após a consulta de vários arquivos e fontes documentais, optei por centrar-me, por ora, na pesquisa das Chancelarias Régias, onde confirmei que um dos primeiros documentos nominais nos surge na Chancelaria de D. Pedro I, referindo-se especificamente ao nome de moradores em Portalegre, pelo ano de 1365, numa Carta de Foro<sup>2</sup>, emitida em Torres Vedras, neste caso sobre o Aforamento de um Chão, onde são referenciados os nomes de Domingos Lourenço e sua mulher Aldonça Afonso e onde também é referido no mesmo documento o nome de João do Esparregal.

*“Carta per que o dicto senhor deu a foro a domjngos lourenço e a sua mulher aldonça afomso moradores em portalegre e a hua pessoa depois de sua morte sucesiue huu chãao que elle há na dicta villa a par dos açougues como parte com a casa que foy de joham do esparregal e com os*

<sup>2</sup> ANTT, Chancelaria D. Pedro I, Liv. 1, Fl. 107.



*dictos açougues e com casas do dicto domjngos lourenço que do dicto senhor traz aforadas por trinta ssoldos em cada hum anno de foro por dia de sam joham bautista ect.”*

Assim, resolvi assinalar as identidades e tipologias de quem efectivamente morava na vila durante esse período.

### **Os Cargos Militares**

Por se tratar de uma zona de fronteira, onde a questão defensiva é fulcral para o seu estabelecimento, os cargos militares tornam-se de extrema importância. Logo, e começando pelos alcaides, na Chancelaria de D. Fernando I, encontramos, em 1367, uma Carta de Mercê a atribuir a Vasco Martins Leitão<sup>3</sup> a alcaidaria de Portalegre. No entanto, é no reinado de D. Afonso V que podemos identificar mais nomes de alcaides do Castelo de Portalegre, entre eles:

**Quadro I. Nomes dos Alcaides**

Álvaro Pires	Alcaide das Sacas
Gonçalo Tavares	Criado de D. Duarte
Gonçalo Pacheco	Alcaide
Lourenço Martins	Alcaide
Nuno Rodrigues	Alcaide Pequeno
Pero Tavares	Fidalgo do Infante D. Henrique
Vasco Gonçalves Galego	Alcaide Pequeno

O que se confirma também, por exemplo, nos Capítulos Especiais de Monforte, no reinado de D. Manuel I, em 1498, e cito:

*“ ... que apenas hajam alcaides das sacas nas vilas dos estremos, mas entre esta vila e os estremos se mete Elvas, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão e outros...”*

<sup>3</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Fernando I*, Liv. 29, fl. 47.

## Os Besteiros

Num estudo comparativo, já realizado, por Ângela Beirante<sup>4</sup>, confirma-se que nos finais do Séc. XIV, o número de Besteiros de Conto da Comarca de Portalegre era de 24<sup>5</sup>, sendo que, nas primeiras décadas do Séc. XV, o número sobe para 30<sup>6</sup>. Nos documentos consultados, nomeadamente na Chancelaria de D. João I, podemos encontrar 2 referências:

- 1422 - “Tollo dos besteiros do conto d’Antre Tejo e Odiana e do Reyno do Algarve primeiramente. Besteiros. Portalegre.”<sup>7</sup>

- 1427 - “Privilégios aos Besteiros de Portalegre”<sup>8</sup>

Partindo da ideia de que o besteiro era um privilegiado e tendo em conta a proporção estabelecida por D. João I de um besteiro para três peões, poderia avançar-se como hipótese de trabalho a proporção de cerca de 60 famílias de privilegiados. Em 1446 e em 1454 D. Afonso V privilegia os besteiros do conto de Portalegre e seu termo, reforçando assim a sua importância e necessidade de se manterem naquela zona fronteira.

## **Cargos Públicos:**

Uma rede de funcionários é identificada, sendo o testemunho mais visível dos esforços para montar uma administração central periférica e essas funções são largamente comprovadas, por exemplo, nas inúmeras Cartas de Nomeação que são encontradas na documentação. Deparamos, ainda, nas diferentes nomeações para cargos públicos, como seguintes nomes:

---

<sup>4</sup> Cf. BEIRANTE, Maria Ângela. 1996. *Évora na Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Textos Universitários de Ciências Sociais, Lisboa, pp.147-148.

<sup>5</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, fls. 112v-113.

<sup>6</sup> Cf. *Ordenações Afonsinas*, I, tit., 69.

<sup>7</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Liv. 1, fl. 112v.

<sup>8</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Liv. 2, fl. 21v.

## Quadro II. Nomes dos Besteiros

Álvaro Eanes	Besteiro da câmara do Infante D. Henrique
Afonso Eanes	Besteiro do cavalo
Afonso Vasques	Besteiro de cavalo
Brás Afonso Paulus	Besteiro de cavalo
Diogo Afonso	Besteiro da câmara
Fernando Álvares	Besteiro de cavalo
Fernão Vicente	Besteiro de cavalo
Gonçalo Eanes	Besteiro de cavalo
João Afonso	Besteiro de cavalo
João Afonso Simão	Besteiro de cavalo
Lopo Rodrigues	Besteiro da câmara do Príncipe
Lourenço Afonso Muruga	Besteiro de cavalo
Luis Martins	Besteiro de cavalo
Luis Afonso	Besteiro de cavalo
Martinho Eanes	Besteiro de cavalo
Nuno Afonso	Besteiro de cavalo
Pero de Cobelo	Besteiro da câmara régia
Pero Lourenço	Besteiro de cavalo
Vasco Afonso Serra	Besteiro de cavalo
Vasco Gonçalves Galego	Besteiro do cavalo

### Os Escrivães

Na Chancelaria de D. Duarte, podemos identificar um Escrivão dos Direitos das Sisas dos Judeus de Portalegre e a nomeação do Escrivão da Câmara de Portalegre, Diogo Afonso<sup>9</sup>. Já na Chancelaria de D. Afonso V, com uma maior abundância de documentos, se nos apresentam mais casos que se apresentam no Quadro III.

### Os Tabeliães

A primeira referência documental a um tabelião de Portalegre surge-nos no reinado de D. João I, mais precisamente em Dezembro de 1422, citando Martim Afonso<sup>10</sup>. Mas é de novo no reinado de Afonso V que deparamos com mais nomes. Com D. Manuel I

<sup>9</sup> ANTT, *Chancelaria de Duarte I*, Liv. 3, fl. 26.

<sup>10</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Liv. 1, fl. 73.

apenas encontramos a referência de Tabelião do Cível e Crime, como Álvaro Fernandes<sup>11</sup> e Tabelião Judicial.

### Quadro III. Nomes dos Escrivães

Álvaro Gil	Escrivão
Álvaro Mergulhão	Escudeiro régio, escrivão das Sisas régias de Portalegre e seu termo
Gil Fernandes Vilez	Escudeiro, Escrivão da Coudelaria
Gil Vasques	Escrivão das Sisas régias de Portalegre e seu termo
Gil Vaz	Escrivão das Sisas e dos Direitos que pagavam os judeus
Gonçalo Martins	Escudeiro, escrivão do cível e crime de Portalegre e seu termo
João Caldeira	Escudeiro régio, escrivão do serviço novo e velho dos judeus da vila de Portalegre.
João de Lisboa	Escrivão das contas da casa régia, escrivão dos Contos na comarca e almoxarifado de Portalegre, Évora e Estremoz
João Fernandes Vilês	Escrivão do Almoxarifado de Portalegre
João Fernandes de Vilas	Escrivão da coudelaria
Lopo Dias	Escrivão dos Contos na comarca e almoxarifado de Portalegre
Martim Gonçalves Porcalho	Escrivão das cartas
Mem Lourenço	Escrivão da câmara
Pedro Eanes	Escrivão do cível e crime de Portalegre e seu termo

### Quadro IV. Nomes dos Tabeliães

Álvaro Gil	Vassalo régio
Fernão Gonçalves	Tabelião da Vila de Portalegre, vassalo régio, criado da rainha D. Filipa de Lencastre
Gil Nijo	Tabelião do Cível e Crime da vila de Portalegre e seus termos.
Gonçalo Martins	Escudeiro, para o cargo de Tabelião do Cível e Crime na correição da Comarca de Portalegre
Lopo de Aramenha	Tabelião das Notas da vila de Portalegre e seu termo
Pedro Eanes	Tabelião do Cível e Crime na correição da Comarca de Portalegre
Pedro Eanes	Tabelião das Notas da vila de Portalegre e seu termo

<sup>11</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 32, fls. 102-102v.

## Os Inquiridores

Para reforço do controle real no séc. XV, durante o reinado de D. Duarte podemos registar a presença de um Inquiridor do Número e Contador dos Feitos e Custas de Portalegre. Também apenas um na Chancelaria de D. Afonso V, identificado como Vasco Eanes<sup>12</sup>, criado do Prior do Hospital e Escudeiro de D. Pedro, que era Inquiridor e Contador dos Feitos e custas da vila de Portalegre. Já com D. Manuel I é Diogo Caldeira<sup>13</sup>, escudeiro régio, que é nomeado e depois substituído por Gaspar Alves<sup>14</sup>.

Ao serviço do rei encontramos ainda diversos Criados, Coudéis, Cavaleiros e Vassalos Régios.

**Quadro V. Nomes dos Vassalos Régios**

Álvaro Eanes Mergulhão	Escudeiro régio, Vedor dos Vassalos Régios
Fernão Gonçalves	Vassalo régio criado da Rainha D. Filipa de Lencastre
Gil Vasques	Vassalo régio
Gonçalo Botelho	Escudeiro, vassalo régio
Gonçalo Martins de Canaveses	Vassalo, criado de D. João I
Gonçalo Macho	Escudeiro, vassalo régio
João Barroso	Vassalo e criado do rei D. Duarte I
João Gonçalves Rochas	Vassalo régio
Martim Gonçalves de Tavares	Criado e vassalo de D. João I.
Pero Caldeira	Vedor dos Vassalos Régios
Rodrigo Eanes	Vassalo régio e escudeiro do Infante D. Henrique
Rui Gonçalves	Vassalo régio
Vasco Mouro	Vassalo régio

## Religiosos:

### Os Clérigos

Nas fontes consultadas, nomeadamente nas Chancelarias de D. Duarte e D. Afonso V, os nomes de clérigos surgem sobretudo nas cartas de Legitimação ou em casos judiciais de querelas e acusações de adultério, no entanto também surgem por outras razões ligados a emprazamentos de casas ou terras:

<sup>12</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 19, fl. 76v.

<sup>13</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 32, fl. 84.

<sup>14</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 25, fl. 122.

**Quadro VI. Nomes dos Clérigos**

Diogo Gil	Clérigo
João de Portalegre	Clérigo
Luis Vasques	Clérigo de Missa
Martim Vasques	Clérigo
Martins Gonçalves	Clérigo de Missa
Rodrigo Afonso	Clérigo
Vasco Martins	Clérigo

**Minorias étnicas:****Os Judeus**

Em relação aos Judeus, a documentação dá-nos conta que foi em 21 de Maio de 1365, numa carta régia, emitida em Elvas, que D. Pedro I confirmou e outorgou a Comuna dos Judeus de Portalegre, com todos os seus privilégios e liberdades<sup>15</sup>. No reinado de D. Duarte ainda se detecta documentação que se refere à Comuna dos Judeus de Portalegre. É nomeado um Escrivão dos Direitos das Sisas dos Judeus e é concedida autorização ao Concelho de Portalegre “*para constrangerem ao trabalho os judeus sapateiros e ferreiros*”<sup>16</sup>. Com Afonso V também se confirma a sua presença e importância, existindo prova de confirmação e nomeação de cargos, como Escrivão das Sisas e dos Direitos dos judeus, a Gil Vaz<sup>17</sup> e de Juiz dos órfãos e judeus da vila de Portalegre, Vasco Eanes<sup>18</sup>, ainda um Escrivão do serviço novo e velho dos judeus da vila de Portalegre, Luis Gonçalves<sup>19</sup>. Afonso V confirmou, em carta de 27 de Abril de 1450, emitida em Évora, cartas de contratos agrários à comuna de judeus de Portalegre. Por fim, no início do reinado de D. Manuel I podemos identificar ainda a presença de judeus na vila, uma vez que conhecemos alguns dos nomes, como por exemplo Jacob Abraão e Dona Oraboina, ambos castelhanos<sup>20</sup> e Velida ou Felipa Roiz<sup>21</sup>.

<sup>15</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, Liv. 1, fl. 92.

<sup>16</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Liv. 1, fl. 185.

<sup>17</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 18, fl. 28.

<sup>18</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 19, fl. 76v.

<sup>19</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 11, fl. 51v.

<sup>20</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 32, fl. 102-102v.

<sup>21</sup> Idem.



cristã nova, Mosem Cabeçam<sup>22</sup>, Arrofas<sup>23</sup>, mantendo-se ainda o cargo de escrivão das Sisas e Feitos dos Judeus de Portalegre e mesmo o de Juiz e Mouros.

No que se refere a pontuais referências aos mesteres da vila, encontramos ainda, por exemplo, nomes de: Ferreiros, Oleiros, Carreiros, Carcereiros, Alfaiates, Lavradores, Barbeiros, Tecelões e Talheiros.

#### Quadro VII. Nomes dos diversos Mesteirais

Abraão Cofim	Alfaiate
Afonso Fernandes	Carcereiro
Álvaro Afonso	Barbeiro
Diogo Afonso	Carpinteiro
Domingos Vicente Castelão	Carreiteiro
Gonçalo Eanes	Lavrador
Judas	Alfaiate
Lázaro Fernandes	Ferrador
Lourenço Vicente	Lavrador
Luis Afonso	Oleiro
Martim Gonçalves	Ferreiro
Mestre João	Cirurgião
Pedro Álvares	Talheiro
Pedro Esteves	Sapateiro
Pero Vasques	Barbeiro

Apenas com D. Manuel I nos surge a referência a Sesmeiros, como são os casos de Fernão Velles<sup>24</sup>, Diogo Afonso Lobo<sup>25</sup>, Álvaro Pais<sup>26</sup> e Luís Dias<sup>27</sup>.

<sup>22</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 22, fl. 88v.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 34, fls. 59v.60.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 35, fls. 55-55v.

<sup>27</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 23, fl.8v.

Algumas referências comprovam-nos as proveniências, sobretudo de Castela e da Galiza, tendo como exemplos Lázaro Fernandes<sup>28</sup>, ferrador de Castela e o caso de Vasco Gonçalves<sup>29</sup>, o galego.

Por fim, ainda poderemos realçar o facto dos nomes das Mulheres referenciadas serem quase sempre viúvas, solteiras ou autoras de crimes, sendo que o nome da mãe do Condestável do reino, Iria Gonçalves<sup>30</sup> é um dos nomes a destacar na vila, pela sua importância, a par de outras que podemos realçar na documentação e que aqui elencamos:

#### Quadro VIII. Nomes das Mulheres

Beatriz Dias
Beatriz do Souto
Catarina dos Santos
Constança Afonso
Helena Álvares
Helena Gonçalves
Inês Afonso
Inês Vasques
Iria Gonçalves
Isabel Eanes
Leonor Afonso
Margarida Gonçalves
Margarida Vicente
Violante Álvares
Violante Rodrigues
Violante Tavares

Em conclusão, Portalegre é uma vila fronteiriça, marcadamente rural, mas cuja urbanidade se constrói durante os sucessivos períodos de guerra com o reino de Castela. Assim, é naturalmente caracterizada, nas fontes históricas que chegaram até aos nossos dias, por uma malha social marcadamente de índole militar. Na verdade são preocupações de

<sup>28</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 25, fl. 77v.

<sup>29</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 9, fl.117v

<sup>30</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Liv. 2, fl. 134.

ordem militar que levam D. Dinis, em 1321, a mandar abastecer os castelos de Arronches, Portalegre <sup>31</sup> e D. João II, em 1486, a conceder uma autorização específica para os moradores de Portalegre poderem trazer armas<sup>32</sup>. De realçar também o grande número de ofícios públicos de nomeação régia que recaem sobre Escudeiros do rei. Não nos podemos demarcar, obviamente, da sua índole religiosa, mas que não foi aqui tão explorada, por não ser esse o objectivo. É evidente que todos estes apelidos e nomes não traduzem a população total da cidade, mas esta reconstituição possível da tipologia dos moradores de Portalegre reflecte já, embora muito parcialmente, alguns dos resultados da investigação em curso. A informação recolhida nas diversas fontes documentais permite-nos até à data identificar um universo de cerca de 250 nomes de pessoas que moravam na vila de Portalegre durante a Idade Média. Embora o intuito não fosse o de descrevê-los todos neste artigo, onde se pretendia sobretudo salientar tipologias, de qualquer modo temos de reconhecer que os nomes que chegaram até aos nossos dias correspondem a um número considerável de famílias que, durante o período medieval, se individualizaram e tiveram uma certa implantação em Portalegre.

---

<sup>31</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 4, fl. 134.

<sup>32</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 1, fl. 24.

## FONTES MANUSCRITAS

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Leitura Nova, Odiana, Livs. 4, 5 e 6.

Chancelarias Régias: *D. Dinis, D. Pedro I, D. Fernando I, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.*

## FONTES IMPRESSAS

*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV.* Org. A. H. de Oliveira Marques, vol. 2. Lisboa: INIC-CEH/UNL, 1990.

*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte.* Vol. 1, Tomo 1. Org. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 1998.

*Chancelarias Portuguesas: D. João I.* Vol. 1, T. 1. Org. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 2004.

## Bibliografia

ALEGRIA, Maria Fernanda. 1986. O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII, Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. I, Porto, p. 179 – 206.

CARPENTIER, E. and GLENISSON J. 1962. La Démographie Française au XIVème Siècle, *Annales*, E.S. C, 17ème année, nº1 pp.109-129.

COLAÇO, J. T. Magalhães. 1934. Cadastro da População do Reino (1527). *Rev. da Fac. de Direito da Univ. de Lisboa*, Ano III, Lisboa, p. 243.

GALEGO, Júlia. 1983. *A Comarca d' amtre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532*, Relatório n. 1, Linha de Acção n.º 6, Lisboa, C.E.G./I.N.I.C, p. 19.

GASPAR, Jorge. 1982. A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*. Actas do colóquio. Madrid: Universidad Complutense, p. 134-136.

HEERS, J. 1968. Les Limites des Méthodes Statistiques pour les Recherches de Démographie Médiévale, *A. D. H.*, pp. 43-72.

RAU, Virgínia. 1965. Para a História da População Portuguesa nos séculos XV e XVI (Resultados e Problemas de Método)», *Do Tempo e da História*, Vol. I, p. 7-46.

RIBEIRO, Orlando. 1955. Portugal, Tomo V de *Geografia de España y Portugal*, 1.ª Ed., Barcelona, p. 290.

SAMPAIO, João. 1998. A propósito do Centro Histórico de Portalegre. *Ibn Marúan: Revista Cultural do Concelho de Marvão* Nº 8, 269-295.

SERRÃO, J. Veríssimo. 1975. Uma Estimativa da População de Portugal em 1640», Mem. Da Academia das Ciências de Lisboa, *Classe Letras*, Tomo XVI, Lisboa, p. 213-303.

SERRÃO, J. Veríssimo. 1977 e 1978. *História de Portugal*, Vol. II, III, 2.ª Ed., Lisboa, Verbo, pp. 401- 476.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. 1989. Judeus e cristãos novos no distrito de Portalegre. *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre* (nova série), Nº 3, 37 – 54.

VIANA, Mário. 1991. Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304. *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre (nova série)* Nº 6, 67-74.

